



História da Historiografia: International  
Journal of Theory and History of  
Historiography

E-ISSN: 1983-9928

historiadahistoriografia@hotmail.com

Sociedade Brasileira de Teoria e História  
da Historiografia

Nappi, Thiago Rodrigo

Reavaliando as ideias políticas: alguns aspectos da análise de Quentin Skinner  
História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography,  
vol. 6, núm. 12, agosto, 2013, pp. 255-259

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia  
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=597769679019>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## Reavaliando as ideias políticas: alguns aspectos da análise de Quentin Skinner

Reassessing political ideas: some aspects of Quentin Skinner's historical perspective

SKINNER, Quentin. *El artista y la filosofía política: el Buen Gobierno* de Ambrogio Lorenzetti. Madrid: Trotta, 2009, 150 p.

---

**Thiago Rodrigo Nappi**

thiago-nappi@uol.com.br

Mestrando

Universidade Estadual de Maringá

Rua Santos, 267/1001

86020-040 - Londrina - PR

Brasil

---

### Palavras-chave

Cultura política; História das ideias; Estado.

### Keywords

Political culture; History of ideas; State.

255

---

Recebido em: 7/12/2012

Aprovado em: 10/3/2013

Proceder na análise das ideias políticas é uma empreitada penosa, haja vista o esforço intelectual que tal tipo de trabalho exige. E muitas são as maneiras em que ela pode se configurar, cada qual associada a um determinado escopo teórico. Nada impede, por exemplo, que seja de caráter filosófico, com as ideias sendo tomadas enquanto elaboração de alguns indivíduos pensados como gênios, como produtores excepcionais de conceitos que sobressaem em relação aos demais autores coetâneos. Em contrapartida, é também possível apreender as ideias desses autores enquanto indivíduos contextualizados, tomando as suas produções como um conjunto específico inserido num determinado debate historicamente delimitado. Nessa segunda vertente interpretativa, encontram-se autores de grande relevo no cenário letrado ocidental das últimas décadas, como John G. A. Pocock, John Dunn e, com maior destaque, o também historiador britânico Quentin Skinner. Todos eles, dentre alguns outros pensadores, são responsáveis por professar as visadas teóricas do já há muito conhecido *contextualismo linguístico* associado à Universidade de Cambridge. E Skinner realiza, mais uma vez, a demonstração de todo o seu arsenal teórico em seu descontraído livro *El artista y la filosofía política: el Buen Gobierno de Ambrogio Lorenzetti*.

O livro que se apresenta aqui em sua edição espanhola é fruto da união de três artigos interligados entre si. Trata-se especificamente, em seus títulos originais, de “L’idéal de gouvernement républicain”, “Ambrogio Lorenzetti and the portrayal of virtuous government” e “Ambrogio Lorenzetti on the power and glory of republics”. São textos bastante claros e que fazem uso de uma linguagem muito fluida. Isso sem contar a boa tradução realizada por Eloy García e Pedro Aguado. Nesses textos, Quentin Skinner busca retomar o debate acerca das influências das ideias republicanas presentes na época do Renascimento. Além disso, trata daquilo que se denomina no mundo de língua inglesa por *form of government*. No caso específico, o historiador utiliza-se dos afrescos do italiano Ambrogio Lorenzetti, datados da Siena do *Trecento*, e ainda preservados na Sala dei Nove, no Palácio daquela cidade. Como fica claro da leitura da obra aqui resenhada, as imagens pintadas já foram estudadas por diversos pensadores, desde pintores, passando por filósofos e até mesmo, em grande parte, outros historiadores.

O que se deve levar em consideração, contudo, é a “nova roupagem” na qual Skinner envolve as ideias políticas lá contidas. Antes de apresentá-las, vale a pena recordar mesmo que brevemente, a teoria defendida pelo consagrado historiador. O que ele afirma é que não é possível entender as ideias de um determinado autor, se elas, assim como o seu próprio autor, forem desarraigadas do seu contexto histórico e linguístico original. Skinner não nega o mérito de algumas boas leituras filosóficas dos textos do passado. Porém, apenas uma leitura com vistas pragmáticas desses pensadores há muito defuntos não seria suficiente. O que se deve analisar são, pois, texto e contexto, além da intenção autoral. Não se trata, segundo Skinner, de uma operação na qual se entra na cabeça dos autores do passado, o que é algo inviável. A sua proposta é que se entendam os sentidos mais originais possíveis dos textos, os quais estiveram em constante interrelação com os demais textos e contextos.

Cabe considerar se Quentin Skinner consegue utilizar-se das próprias ideias ao elaborar *El artista y la filosofía política*. E, se de fato obteve sucesso, o que é que sua leitura apresenta em contraponto às demais análises tradicionais? Com a intenção de não deturpar as ideias do autor, é necessário seguir a própria ordem dos capítulos exposta na obra. Sendo assim, é preciso deitar os olhos para “El ideal de gobierno republicano”, primeiro texto. Nesse altura, Skinner antes de mais nada esclarece que, mesmo que os afrescos não sejam um texto de filosofia política propriamente dito, não deixam de ter o sentido de ser uma mensagem política, sendo, pelo contrário, uma grande contribuição da cultura retórica pré-humanista em florescimento. É interessante frisar que o objetivo do autor é retomar o debate sobre o sentido histórico e político dos afrescos de Lorenzetti por acreditar que o contexto da filosofia política escolástica não serve de guia ou ajuda no entendimento da obra em questão. Afirma que “He llegado al convencimiento de que no hay nada en la sección entre lo allí relatado y el pensamiento de Aristóteles o de Tomás de Aquino” (SKINNER 2009, p. 54). Se não é por tal meio que se procede, outras fontes devem ser apontadas como influências para o artista italiano.

É dessa maneira que Skinner apresenta três fontes que devem ser levadas em consideração. Seriam elas os *Ars dictaminis*, especialmente o composto por Guido Faba; depois documentos oficiais, como os *Breves* de Siena (1250) e a Constituição na versão latina da mesma cidade, de 1262; como terceira fonte, e mais importante, os tratados de governo, entre os quais, destacam-se *Oculus pastoralis* (1220) de autoria desconhecida, *De sapientia potestatis* (1240) de Orfino de Lodi, o *Liber de regimine civitatum* (1253) de Giovanni da Viterbo e, por fim, *Li livres dou trésor* (1266) de Brunetto Latini. A partir dessa perspectiva, já fica muito clara a distinção entre as ideias apresentadas por Quentin Skinner e aquelas presentes nas abordagens tradicionais que tomam tal época e o mesmo objeto como estudo. Isso porque, como afirma o historiador, nenhuma dessas fontes por ele citadas e muito bem analisadas tinham influências herdadas dos pensamentos aristotélicos. De fato, esses autores pré-humanistas desconheciam diretamente a obra legada por Aristóteles. Eles recorriam a autoridades bem específicas, segundo o historiador de Cambridge, as quais se prefiguravam nos romanos, com destaque para Salústio, Sêneca e Cícero, em especial. Dessa maneira, ficavam excluídos os pensadores gregos.

Assim, surge o ineditismo das ideias skinnerianas. Como o próprio autor frisa:

Me detendré a examinar esos tratados prehumanistas, en el deseo de estructurar el marco interpretativo que debe encuadrar las claves de la lectura de los frescos de Lorenzetti, aunque aspiro a que esta parte de mi trabajo suscite interés por sí misma. Procurando demostrar que la ideología de autonomía republicana surgió en los primeros decenios del siglo XIII, y que precipió bastante en el tiempo al redescubrimiento de las obras morales y políticas de Aristóteles, me esforzaré en pergeñar un capítulo de la historia de la teoría política del Renacimiento que hasta la fecha todavía no ha sido escrita (SKINNER 2009, p. 57).

E Skinner efetivamente elabora um percurso analítico mediante o qual ele passa a estabelecer comparações entre todas essas ideias, tomando Aristóteles e Tomás de Aquino por um lado, e Cícero, Sêneca e demais pensadores, por outro. Ao mesmo tempo em que faz isso, ele visualiza em quais momentos as discordâncias entre as teorias estão dadas, apontando, assim, quais teriam sido realmente as influências para aqueles escritores pré-humanistas e quais os conceitos que eles puderam elaborar, ou reelaborar, com o aporte linguístico que a eles foi possibilitado em meio a tal debate. O quadro que Skinner monta dá muito bem a ideia do que se tinha por ideal de governo republicano nas cidades-repúblicas do início do Renascimento. Não cabe aqui, no breve espaço de uma resenha, esmiuçar a riqueza de detalhes contida nessa parte da obra, ficando a cargo dos possíveis leitores tal descoberta.

Se no capítulo inicial Skinner se prende mais às fontes com as quais Ambrogio Lorenzetti teve contato, apresentando todo o contexto linguístico que serviu de apoio para a realização de suas intenções políticas através dos seus afrescos, nos dois capítulos que seguem, “Lorenzetti y las virtudes de las repúblicas” e “Poder y gloria de las repúblicas”, ele demonstra toda a sua erudição para relatar, de uma maneira muito esclarecedora, as ideias políticas contidas na obra do pintor. É interessante acompanhar o texto de Skinner observando a reprodução dos afrescos de Lorenzetti que estão contidos no livro. É digna de elogio, aliás, a inserção no livro de doze lâminas que apresentam a obra do pintor italiano, datada do século XIII. Tais imagens são no mínimo instigantes e embasam todo o pensamento de Skinner elaborado em seus três artigos anteriormente referenciados. Muitas são as questões estabelecidas, como a importância da existência do Estado, como ainda a sua função, as ideias de autoridade civil e *vivere civile*, obrigações cívicas, governo, poder informal. Enfim, há um grande leque de conceitos políticos debatidos ao longo de todo o eloquente texto.

Deve-se ressaltar, que o que tem em mente Quentin Skinner não é a busca pragmática da resolução dos problemas do presente nas ideias desses autores do passado. Afinal, tal maneira de agir é exatamente uma das coisas que ele mais combate. O que é possível, e, também, necessário é compreender tais pensadores do passado como agentes em seu contexto, onde atuaram mediante as palavras que proferiram, palavras essas que se encontraram muito bem delimitadas etimologicamente. Numa outra obra, considerada por muitos a obra-prima de Skinner, o autor afirmou que a essência do seu método “consiste em tentar situar esses textos em contextos que nos permitam, por sua vez, identificar o que seus autores estavam *fazendo* ao escrevê-los” (SKINNER 1999, p. 22). Na sequência, narra que uma perspectiva histórica nos moldes em que propõe, “ajuda a tomar uma certa distância de alguns de nossos pressupostos e hábitos de pensamentos atuais, e, quem sabe, até a reconsiderá-los. O estudo do passado não precisa ser menos instrutivo quando desvenda contrastes, em vez de continuidades com o presente” (SKINNER 1999, p. 30). E parece que é exatamente isso que Skinner faz ao chamar a atenção para o debate relacionado ao Estado, às formas e teorias de governo e à liberdade. Afinal, muitas vertentes de pensamentos em voga põem em xeque qualquer forma concreta de Estado,

aniquilando a sua importância. E isso para ele, é inconcebível. Ler atentamente as obras do historiador de Cambridge requer um fôlego de leitura extraordinário. Contudo, após tanto esforço intelectual, as ideias ali encontradas geram certa compensação, pois na atualidade, em que tantas coisas superficiais se encontram presentes nas ciências humanas, é possível ver que bons e contundentes embates teóricos estão ainda sendo realizados.

### **Referências bibliográficas**

SKINNER, Quentin. **El artista y la filosofía política**: el Buen Gobierno de Ambrogio Lorenzetti. Madrid: Trotta, 2009.

\_\_\_\_\_. **Razão e retórica na filosofia de Hobbes**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp (FEU), 1999.